

**TA RESUMIDA DA 399ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO, REALIZADA EM 28/11/94**

**1. DATA E PRESENÇA:**

Dia vinte e oito de novembro de mil novecentos e noventa e quatro, em segunda convocação, às 20h30m, com cento e sessenta e quatro Conselheiros presentes.

**2. MESA DIRETORA:**

Presidente : Roberto Luiz Pinto e Silva  
Vice-Presidente : José Edmur Vianna Coutinho  
Primeiro Secretário: Eduardo Lobo Fonseca  
Segundo Secretário: Paulo Cesar de Arruda Castanho

**3. EXPEDIENTE:**

**Presidente** - Abrindo os trabalhos, determinou a execução do Hino do Clube. Propôs voto de pesar e a observação de um minuto de silêncio, pelo falecimento do Cons. Milton Morato Castro. O voto foi subscrito por outros 18 Conselheiros, aprovado. Pela Mesa do Conselho e pelos mesmos 18 Conselheiros, propôs voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eduardo Mendes Gonçalves, irmão do Diretor Adjunto de Suprimentos, aprovado. Propôs, também, voto de pesar pelo falecimento do sócio Wellington Moura, aprovado. Subscreveu voto de pesar proposto pelo Diretor Adjunto de Veteranos, Cons. Osmar Rocha, pelo falecimento da Sra. Albertina Caruso Casollari, mãe do ex-Conselheiro e ex-Diretor Cláudio Caruso Casollari, aprovado. Leu carta do Cons. José de Barros, propondo voto de louvor à Diretoria e equipe de Higiene e Saúde, pelo atendimento recebido por ocasião de problema de saúde, aprovado. Submeteu ao plenário as seguintes propostas de voto de louvor: I) da Cons. Marta Vella de Freitas, à equipe Feminina de Voleibol, pela conquista do Campeonato Brasileiro Masters, extensivo à Técnica e Atleta Benemérita Maria Cristina de Moraes Moura; 2) do Cons. Friedrich Theodor Simon, a saber: a) às equipes Masculina e Feminina de Peteca, Pentacampeãs no Campeonato Paulista, b) ao Grupo de Teatro Experimental do Clube, pela representação da peça "A Dama das Camélias", sob a direção geral de Walter Portela, c) à Comissão Técnica da Equipe Juvenil Masculina de Handebol, Campeã Brasileira Juvenil/94, d) às Equipes Infantis Masculina e Feminina de Ginástica Olímpica, Campeãs Brasileiras da Modalidade, aprovado. Acompanhado pelos Cons. José Manssur e José Edmur Vianna Coutinho, propôs voto de louvor ao sócio Airton Pinheiro de Castro Filho, aprovado no concurso para Promotor Público em São José dos Campos, estendendo a homenagem a seu pai, Airton Sebastião Pinheiro de Castro, aprovado.

**Primeiro Secretário** - Informou o recebimento das seguintes correspondências: I) da Diretoria, comunicando a criação das Áreas de Tecnologia, em substituição à Diretoria de Informática, sob a direção do Sr. Arthur Fernando Amold Battaglia, e de Serviços Gerais, em substituição à Diretoria de Campo, sob a responsabilidade do Cons. Hugo Ulbrich Júnior, com esclarecimentos a respeito da mudança. 2) do Cons. Antonio Guerra, agradecendo a solidariedade recebida por ocasião da grave doença do seu filho. Comunicou que encontram-se à disposição para consulta na Secretaria, os Relatórios de Análise de Variação Orçamentária e os Balanços Patrimoniais do Clube em 30/9/94 e 31/10/94.

**Presidente** - Disse que a partir da próxima quarta-feira estaria à disposição dos Conselheiros, para exame e consulta na Secretaria, cópia do Protocolo de Intenções firmado pela Diretoria com a Prefeitura de Embú, relativo à implantação do Futebol Profissional.

**Edgard Ozon** - Associou-se ao voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eduardo Mendes Gonçalves. Parabenizou os organizadores do 5º Congresso Internacional Interclubes, sediado pelo Clube, com destaque a Antonio de Alcântara Machado Rudge, Sérgio Fuchs Calil e Nicolau Biccari. Pela Comissão de Esportes, propôs votos de louvor aos destaques esportivos do período, diretores adjuntos, técnicos e atletas das seções de Atletismo, Esgrima, Ginástica Olímpica, Halterofilismo, Polo-Aquático, Judô, Voleibol, Tênis e Natação, aprovado.

**Antonio da Silva Villarinhos** - Prestou contas das atividades da Comissão Financeira, desde sua instalação em maio último, agradecendo a colaboração recebida de todos, aproveitando para desejar Feliz Natal e que 1995 seja repleto de prosperidade.

**Mário de Britto Pereira** - Propôs votos de louvor a técnicos e atletas da Ginástica Olímpica, pelos títulos alcançados no Campeonato Brasileiro Juvenil/94, discorrendo sobre o destaque, aprovado.

**Paulo Cesar de Arruda** Castanho - Convidou os Conselheiros a comparecerem ao Jantar de Confraternização deste ano, marcado para dia 9/12/94.

**Presidente** - Explicou sobre a necessidade de realizar duas reuniões nesta data, em especial devido ao número de processos relevantes pendentes de decisão e à necessidade de uma reunião exclusiva para apreciação do Orçamento/95.

#### 4. **ORDEM DO DIA:**

**Item 1 - Apreciação da ata da 397ª reunião extraordinária, realizada em 31 de outubro de 1994.**

**Presidente** - Não havendo contestação, declarou a ata integralmente aprovada.

**Item 2 - Apreciação do processo CD-18/94, referente à proposta orçamentária apresentada pela Diretoria, para o exercício de 1995.**

**Presidente** - Informou que os pareceres das Comissões de Obras e Financeira estavam sendo distribuídos na entrada da reunião, o primeiro porque tinha ficado pronto no último sábado e , o segundo, porque saiu com falha reprográfica. Ressalvou equívoco no item 3 do parecer da Comissão de Obras, sobre o Orçamento de Investimento, lendo correção feita pelo Cons. Luiz Roberto Martinez por voto em separado e subscrita pelo Cons. Arnado Osse Filho: "Incluir após o item B 2 do Parecer o seguinte: Item B 3 - Os itens I, 2 e 3 constantes de fls. 52 poderão ser apreciados pelo Conselho Deliberativo, pois os valores apresentados estão compatíveis com o mercado." Observou que tinha recebido duas emendas ao Orçamento: 1) de autoria do Cons. Sérgio Vergueiro e mais 28 Conselheiros - hoje aderida por um considerável número de Conselheiros - distribuída no final de semana. Leu o parecer da Comissão Financeira, previamente instada a se manifestar sobre a mesma; 2) do Cons. Alcício Antunes de Oliveira. Explicou que a segunda emenda não seria aceita, porque não estava justificada, nem oferecia a contrapartida equilibrando a alteração. (O Cons. Alcício Antunes de Oliveira interferiu, dizendo pensar que pudesse justificar sua proposta na tribuna, tendo o Sr. Presidente ratificado sua decisão em rejeitar o recebimento. O proponente insistiu, dizendo que a contrapartida estava implícita).

**Presidente** - Disse que a Mesa estudou o processo e concluiu que os Orçamentos de Investimento, de Bares e Restaurantes e de Custeio seriam discutidos em conjunto, mas votados em separado, devido a propostas específicas a serem votadas. Passou a palavra ao Cons. Otto Hermann Neumann, que retirou sua inscrição por ter sido esclarecido a respeito de emenda que pretendia apresentar e que não mais faria.

**Alicio Antunes de Oliveira** - Referiu-se a afirmação do Presidente da Diretoria no jornal do Clube, no sentido de que o Pinheiros sempre teve no esporte a sua motivação. Ora, se o Pinheiros é um dos melhores do país, quiçá da América, por que passar dificuldades; falar-se em "déficit" orçamentário ou num ridículo Fundo de Emergência de R\$222.000,00, sendo um condomínio? Disse que examinando a peça orçamentária, considerou tímida a Diretoria, que se propõe a realizar somente o que já realizou em 1994. É preciso crescer sempre e, para tanto, é necessário ter recursos. E os condôminos - associados - irão compreender, se a eles for explicado com facilidade, que somente no mês de janeiro haverá um acréscimo "x". Demonstrou estranheza com relação a algumas taxas propostas no Orçamento, talvez devido à tradição ou ao comodismo em não modificar, porque eventos de terceiros e os preços para convidados são irrelevantes. Assim, gostaria que fosse tomada alguma decisão a respeito, pois não é bem essa a filosofia - se é que ela existe - de um Clube que deve, estatutariamente, promover o conagraçamento dos associados nas atividades recreativas e a cultura do esporte nas atividades esportivas e competitivas. Mesmo que o "déficit" apresentado demore algum tempo para ser coberto, o Clube merece um investimento maior. Mas a Diretoria não disse a data que isso seria solucionado. Se o simples aumento das mensalidades fosse suficiente, disse que o aprovaria, como um voto de confiança, se possível acompanhado das outras providências necessárias.

**Ruy de Azevedo Sodré** - Concentrou-se mais nas diversas taxas existentes. Mais uma vez, estranhou que para a Musculação, que é muito freqüentada, não seja cobrada qualquer taxa. Há um projeto para reconstrução, serão gastos mais de US\$600.000, fora equipamentos, etc, e não se vê no Orçamento em consideração a cobrança de taxas. Assim, apresentou emenda propondo a inclusão de taxa de Musculação. Justificou que o cálculo das taxas propostas deu-se prevendo-se a implantação de acompanhamento médico e de avaliação física dos usuários da seção, conforme já vem sendo feito, bem como pelo custo da aquisição e manutenção dos equipamentos.

**Presidente** - Não recebeu a emenda, por não apresentar o equilíbrio necessário numa peça orçamentária, não estabelecer o montante da arrecadação e nem onde seria aplicado esse montante, caso conhecido.

**Pedro Antonio Lousan Badra** - Disse que a proposta da Diretoria estava sendo apresentada de forma bastante coerente. Mas, devido ao aumento das mensalidades acima dos índices nominais, entendia que o Orçamento não deveria ser aprovado. Ponderou que no parecer da Comissão Financeira havia uma série de observações explícitas. O aumento de 35% nas contribuições é ruim ao corpo associativo e para a própria situação. Estamos no limiar de uma política de contenção séria e que não quer fazer reajustes maiores. Neste caso, manifestava-se favorável à emenda substitutiva que estava sendo apresentada, dando um aumento real de 18% sobre a mensalidade vigente, o que era razoável dada a existência de uma desvalorização de 3% ao mês, com tendência a diminuir. Se isto não acontecer, a Diretoria poderá voltar ao Conselho e pedir uma suplementação, mas este não é o momento de onerar o sócio. Com a aprovação da emenda a Diretoria, que tem

capacidade de elaborar um plano como o apresentado, certamente terá capacidade de adequar esses valores, sem os inconvenientes dessa não receita.

**Ruy Lansaro Paganini** - A exemplo do mencionado pelo Cons. Pedro Antonio Lousan Badra, disse que o assunto era demasiadamente polêmico. Disse que no 2º semestre, com o novo plano econômico, as condições do país mudaram radicalmente. No Clube não poderia ser diferente. Disse que aguardaria que a Diretoria viesse prestar esclarecimentos sobre a receita financeira. Todos tinham neste país interesse por uma grande inflação. O montante de dinheiro aplicado era fantástico, em todas as circunstâncias. A Diretoria do Clube não fez por menos. Fez uma projeção para 1995, considerando a majoração de 35%, mais a atualização de 8.65%, de acordo com a Diretoria, comparando com o resultado da aplicação dos 18% propostos pela emenda, disse que o que o Clube deixará de arrecadar o que o impedirá de realizar muitas coisas. Sobre a emenda relativa às taxas esportivas, disse que o Clube houve por bem em não cobrá-las, para dar um sentido psicológico aos sócios, isto é, quem frequenta não precisaria pagar, porque já as mensalidades e as contribuições estariam cobrindo as taxas esportivas. Quanto ao Fundo de Emergência, disse que o mínimo que poderia ser feito nesta oportunidade era aprovar a proposta da Diretoria, desde logo advertindo-a para cuidar de aumentar esta provisão e não pensar em reduzi-la. Fez inúmeras considerações sobre a emenda apresentada. Ponderou sobre o adiamento da decisão sobre a cobertura do "deficit"/94. Defendeu a indexação mensal das contribuições, por acreditar que a inflação existirá, a menos que não haja desenvolvimento. Fez comparações entre os valores cobrados por outros Clubes, perguntando por que o Pinheiros sempre tem que cobrar menos, se ele oferece uma gama de serviços e vende um excelente lazer. A Diretoria tem a responsabilidade de manter uma gestão que atenda aos interesses dos sócios. Foi favorável à proposta da Diretoria, a fim de que o Conselho possa cobrá-la no sentido de sanar as deficiências do Clube e de melhorar as condições do Fundo de Emergência.

**Celso Hahne** - Como ex-Presidente da Diretoria, disse que o orçamento é uma peça única, porque prevê a receita e fixa a despesa. Quando fixa a despesa, leva em consideração a necessidade que o Clube tem de manter o seu "statu quo", o seu desenvolvimento e o atendimento ao quadro associativo. A Diretoria foi eleita pelo Conselho, recebendo um voto de credibilidade. Disse não acreditar que a Diretoria enviaria um orçamento para apreciação do Conselho se não estivesse integralmente bem examinado em todos os seus detalhes. Não se pode mexer numa peça orçamentária, que é um ato praticamente de gestão ao ser elaborado e com a clareza com que foi apresentado. Disse que o parecer da Comissão Financeira dava algumas sugestões, que entendia interferiam no ato de gestão da Diretoria, da mesma forma como a emenda encabeçada pelo Cons. Sérgio Vergueiro, que embora muito bem elaborada pretendia também que a Diretoria tivesse uma receita, pretensa, da venda de títulos, que pode não acontecer, ou que se corte despesa ou uma transferência de alguma despesa que possa ser classificada não como dispêndio mas investimento. Se a Diretoria não corresponder às expectativas do Conselho e do corpo associativo, se ela fraudar sua peça orçamentária, ela será punida, porque não será mais reeleita e até talvez sofra outras punições mais cabíveis. Entendeu que a Diretoria merecia receber um voto de confiança, tendo aprovado seu Orçamento/95.

**Sérgio Vergueiro** - Considerando uma das principais funções do Conselho a demonstração da confiança naqueles Conselheiros que foram distinguidos para gerir o Clube, ocupando a Diretoria, disse que esta reafirmação de confiança e respeito está intrinsecamente envolvida com a seriedade do estudo das propostas trazidas ao plenário. Ponderou que noutras épocas qualquer emenda ou qualquer colocação que ousasse ser diferente do que

vinha da Diretoria era encarado como um ato de rebeldia, mas que esses tempos já passaram. Fez questão de subscrever e encaminhar esta emenda exatamente para colocar o pouco de experiência que tem no aval de que aqui não há nenhum interesse menor, político, porque isso seria diminuir muito a idoneidade do Conselho e dos Conselheiros que trazem suas idéias. De antemão, concordou integralmente com o Cons. Celso Hahne no sentido de que a Diretoria mereça de forma absoluta e cabal a confiança do Conselho, inclusive ao aprovar o orçamento, da mesma forma que merece confiança quando do exame da sua prestação de contas. E o Conselho o faz não com o sentido punitivo, mas com de representante de uma comunidade que construiu, que constrói e que construirá e que mantém o clube. O Pinheiros e o seu Conselho já passaram por situações muito piores do que a do Plano Real, situações altamente dramáticas. Presidentes já administraram o Clube em situações as mais negras da nossa economia, em momentos mais conturbados e o Conselho nunca faltou na sua confiança à Diretoria e na aprovação das medidas que se fizeram necessárias. Nem por isso essas medidas deixaram de ser amplamente discutidas em plenário, com toda a liberdade e respeito. O Pinheiros continua à frente de todas as demais associações, inclusive daquelas que cobram mensalidades até o dobro da sua, porque ele é feito pela sua classe média, que o construiu, que o mantém e que o influencia sempre. O Clube sem dúvida nenhuma dispõe de um corpo de funcionários respeitável e dos mais bem selecionados de todos os clubes e graças a ele o Clube é um lugar de respeito e bem administrado. A emenda pretendeu apenas trazer uma proposta de adequação dos dados apresentados pela própria Diretoria. Não se entrou no mérito de qualquer número. Aceitou-se integralmente os dados oferecidos pela Diretoria. Afastadas essas preliminares, partiu para a defesa das adequações sugeridas pela emenda. Disse que a emenda seria absolutamente irresponsável se não reconhecesse que a redução da mensalidade é pequena. O seu reflexo na soma dos custos colocados pela Diretoria, que somam 17 milhões de reais, é de cerca de 1 milhão de reais. Embora pareça pouco, este será o maior orçamento de custeio da história do E.C. Pinheiros - 16 milhões de reais de despesas. Não há risco de deterioração dos serviços, porque se não o Clube já teria desaparecido. Isso não ocorreu em virtude das excelentes administrações que ele sempre teve. Com a emenda o Orçamento, ao invés de ser 17 milhões de reais como pretende a Diretoria, baixa o seu custeio para 16 milhões. A adequação proposta é ínfima numa série de coisas, mas não o é no seu espírito progressista que não é negado à Diretoria, por isso ainda se prevê o maior orçamento da história do Clube, mas também respeita que um aumento de 35% mais IGP-DI de dezembro a janeiro é abrupto e pode ser minorado. Ficou satisfeito com o fato do parecer da Comissão Financeira abarcar grande parte das observações feitas na emenda, afinal é um parecer técnico. Quanto ao Fugido de Emergência, ele foi consumido num exercício só, agora no 2º semestre/94, quando houve o Plano Real, porque houve uma necessidade. Ele pode ser reconstituído perfeitamente em 3 exercícios, mas não é dele que o Clube depende para INSS, IPTU ou incêndio, porque o Clube, evidentemente, deve ter seguro contra incêndio. Este Fundo é destinado a cobrir situações emergências imprevisíveis, "ad referendum" do Conselho. Claro que uma previsão da venda dos tais 400 títulos é uma previsão até bastante aproximada, porque a Diretoria acabou de vender 400 e que faltou título no último edital. Estão sendo discutidas aqui as despesas de um condomínio. Assim como há um Fundo de Emergência, há um ritual próprio para a cobertura do "déficit". Não é crime dar "déficit" num orçamento de custeio. O Clube não deve pedir ao sócio mais do que precisa. Se houver "déficit" ele deve vir pelo rito determinado pelos Regimentos. Ninguém negará o financiamento desse "déficit". Mas está inadequadamente colocado aqui. Mesmo com a aprovação da emenda, estar-se-á aprovando o maior orçamento de custeio de toda história do Clube.

**Cantídio Salvador Filardi** - Homenageou os ex-dirigentes do Clube presentes. Falou em favor da proposta da Diretoria, mencionando o Plano Diretor aprovado na gestão do Cons. Celso Hahne, cuja postura combateu em muitas vezes, sobretudo com amizade, em favor do Clube. Embora concordando que um Orçamento deva ser bastante discutido, porque traça as linhas mestras daquilo que a Diretoria se propõe a fazer, pela primeira vez a Previsão foi traduzida em moeda corrente (Real), antes o era por indexadores, o que dificultava o entendimento. Disse que a peça apresentada tinha uma linha direcionada, compatível a receita com a despesa, deixando nítidos os objetivos da Diretoria. E como tal, restava ao Conselho concordar com a administração que está sendo feita. Se alguma crítica merecesse esta administração seria talvez por não ter feito mais, por falta de dinheiro. Era hora do E.C. Pinheiros capitalizar-se um pouco, para . oferecer um pouco mais aos seus associados. Os custos programados e estimados são compatíveis. Não será a questão de 10 reais ou 5 reais numa mensalidade Familiar que alterará toda a estrutura administrativa do Clube. Propôs que a Proposta Orçamentária/95 fosse aprovada exatamente como apresentada pela Diretoria.

**João Benedito de Azevedo Marques** - Disse que antes de se posicionar sobre o Orçamento/95 tomou o cuidado de ouvir esclarecimentos da Diretoria, bem como de ler com atenção a emenda a ele apresentada. Constatou um problema na Previsão, que deve ser objeto de preocupação futura e que decorre da perda das receitas financeiras, por força do Plano Real. Disse que é necessário refletir sobre a queda das receitas financeiras, a base da manutenção do Clube. E preciso buscar outras fontes de receitas, para que nos futuros Orçamentos não se tenha que gravar ainda mais o associado. Quanto à emenda de adequação, teceu considerações sobre a economia em tomo de I milhão de reais e a redução na contribuição Familiar e Individual. Exemplificando, disse que a emenda estabelece uma mensalidade muito em conta, sem diferir muito da proposta pela Diretoria. Verificando os demais clubes, disse que nenhum deles oferece tanto quanto o Pinheiros por um preço já tão baixo. A proposta alternativa implica numa redução quase simbólica - como mencionou o próprio Cons. Sérgio Vergueiro. A mudança implica numa redução do capital fundamental deste clube, que são os seus funcionários, porque reduz a remuneração do quadro de funcionários. Então, na sua avaliação da proposta da Diretoria e da emenda alternativa, entendia que era muito pouco, sem se ter o quadro global da administração, para um resultado que poderá ser prejudicial duplamente, seja em termos da qualidade dos funcionários, seja em termos de uma perda de qualidade nos serviços. Perguntou se valia a pena correr esse risco. Acreditou que não, porque esta Diretoria, bem como aquelas que a antecederam, com a soma das informações que teve, sem dúvida, elaboraram um orçamento que melhor servia para o Clube e para a atual situação. Duvidou que a Diretoria viesse a propor um aumento de contribuição para os associados, se pudesse evitá-lo. Obviamente que o Conselho tem todo o direito de discutir o Orçamento, mas o aumento poderia ser considerado brutal se não houvesse a perda das contribuições financeiras e sem que houvesse o problema da energia e da luz elétrica que o Clube teve que arcar. Não é o caso de modificar e mutilar o Orçamento proposto. Mesmo respeitando as opiniões divergentes, é muito mais prudente, mais sensato e mais adequado aprovar a presente proposta da Diretoria, porque ela tem um volume de informações para fazê-la adequadamente, do que o Conselho proceder a reduções por retalhos, que poderão prejudicar o desempenho da gestão deste clube. Disse que sempre teve no Conselho posições independentes e que o momento de julgamento da Diretoria ocorre em duas oportunidades de responsabilidade do Conselho: por ocasião da apreciação da prestação de contas e ao término da sua gestão. Se o plenário não estiver satisfeito com a Diretoria que se encontra no poder, elege outra. Mas no curso de uma administração mutilar os recursos da mesma, com prováveis prejuízos para todo o corpo associativo, acredita que seria uma

decisão perigosa, uma decisão temerária e contrária aos interesses dos sócios. Finalizando, apoiou integralmente a proposta da Diretoria. (Em aparte, o Cons. Sérgio Vergueiro esclareceu que a emenda não atingia o item Pessoal, porque não propunha nenhuma redução neste aspecto. Ao contrário. Além de todos os aumentos previstos em lei, em dissídios etc, os proponentes entendiam que o corpo de funcionários merecia um aumento real de 8%, e não de 16% como prevê a Diretoria. Um aumento menor, não uma redução). Disse que era um problema de gestão e de retribuição. Os funcionários não são tão bem remunerados e é importante investir neste quadro para se obter melhores resultados; citou como exemplo os garçons. (Em aparte, novamente, explicou que garçons estão afetos ao Orçamento de Bares e Restaurantes, que não é atingido pela emenda). Disse que pretendeu frisar que a remuneração do funcionário é algo sagrado numa empresa; quanto mais justo e adequado for o salário, melhor será o seu desempenho. Encerrando, enfatizou que a diferença entre a proposta da Diretoria e a economia proposta pela emenda poderia levar o Clube a uma situação imprevisível de deterioração dos serviços prestados aos associados, o que ele temia. Por isso, preferia que a Diretoria tivesse aprovado o Orçamento que pleiteou, para que depois se possa exigir dela os bons serviços que devem ser prestados aos sócios, e ter autoridade moral, por ocasião da prestação de contas. Não era o momento de pechinchar por alguns tostões, mas de dar crédito à Diretoria, de pensar alto e no futuro do Clube.

**Antonio de Alcântara Machado Rude** - Entendendo que a matéria estava suficientemente esclarecida, pediu o encerramento da discussão para início da votação, tendo o Sr. Presidente antes disso, passado a palavra à última Conselheira inscrita.

**Anamaria Andrade Damasceno** - Salientou o seu dever de Conselheira, em não se omitir, nesta oportunidade, de representar os sócios que a elegeram, e até por um dever cívico devido ao momento econômico do país. Anotou alguns argumentos ditos na tribuna, dizendo que concordava com todos eles, menos com "discordar é fugir à elegância", porque é um vício atávico dos brasileiros não reclamar dos seus direitos. O dever princípio do Conselho é colaborar, caso contrário, não haveria razões para ele existir. Os Conselheiros devem defender os direitos e os anseios dos associados. Observou que o Pinheiros tem a receita de uma cidade, está situado num local privilegiado e é necessário lutar para que as coisas mudem para melhor. Ora, muitas pessoas passam dificuldades aí fora. É dever de todos os cidadãos brasileiros preservar para que o Plano Real alcance bons resultados. Uma comunidade como a do Pinheiros, de cerca de 40.000 associados, não pode caminhar contrária ao Plano Real. Disse que não falava como empresária, mas como classe média remunerada no fim do mês com um orçamento que não teve aumentos. Embora não fosse versada em economia, tinha como princípio que o que recebe é o que pode gastar. O Clube nunca esteve em má situação financeira. Sempre foi muito bem administrado. Sempre manifestou suas discordâncias, porque não lhe cumpre ser simpática, mas admite que o Pinheiros sempre foi bem gerido. Portanto, não há temor algum em reduzir as contribuições. Há algum tempo veio à tribuna pedir que o Orçamento fosse aumentado em 2% para que os funcionários fossem mais bem remunerados, mas na ocasião foi criticada. Hoje estava sendo levantada essa bandeira de "coitados dos nossos funcionários". Ora, todos aqueles que freqüentam o Clube estão cansados de ver grupinhos de funcionários mal remunerados, mas também ociosos e que não cumprem o seu dever. A regra: onde se paga mal, se ganha mal mas a pessoa também não trabalha é coisa de funcionalismo público. Outro aspecto que lhe chamou a atenção foi o apontamento de um "déficit" não existente. Como dona de casa, disse que sempre pensou que só se pede dinheiro quando ele faltar. Perguntou por que também a venda de títulos não foi colocada na peça. Comentou que todas as administrações do Clube foram boas, mas houve algumas falhas.

Todos somos passíveis de erros. Mesmo considerando a boa intenção das obras, citou como exemplo o prédio do Centro Esportivo, o Bar Inglês, o gramado do campo de futebol. Isso tudo é dinheiro que não volta mais. Sobre o aumento das contribuições, disse que 18% seria muito razoável, em especial neste momento de austeridade.

**Votação:**

**Presidente** - Submeteu ao plenário a proposta do Cons. Antonio de Alcântara Machado Rudge, de encerramento da discussão, aprovado. Adentrando o processo de votação, esclareceu ao Cons. Ruy Sérgio de Azevedo Sodré que, embora a fixação de taxa de Musculação fosse razoável e até justa, mesmo para controlar a frequência à seção, que o que faltava era a indicação do seu valor. Impossível colocar em votação o valor de uma taxa, sem saber o que ela representa e principalmente qual é o destino dessa receita, motivo pelo qual não a recebeu. O proponente disse que no passado fez a mesma proposta, sem apresentar valores e que, nesta oportunidade, o fez como pode, para que houvesse justiça porque era a única seção isenta de taxas; o que poderia ser mudado em sua proposta era deixar o valor a critério da Diretoria. O Sr. Presidente, dando por encerrada a questão, explicou que a proposta tinha que ser aprovada pelo Conselho, mas que ela não estava consubstanciada. Continuando, informou que o Orçamento seria votado em 3 partes: o de Custeio, com a emenda de adequação que tinha sido apresentada em termos e era preferencial à proposta original; o de Bares e Restaurantes; e o de Investimento. Manifestou-se durante a votação o Cons. Ruy Lansaro Paganini.

**Deliberação:**

Colocada a matéria em votação, o plenário decidiu: I - Rejeitar emenda subscrita pelo Cons. Sérgio Vergueiro e outros vinte e oito Conselheiros que propunham: a) reformulação de diversos itens do Orçamento de Custeio (Receita e Despesa), objetivando redução do aumento da contribuição social para, aproximadamente, 18%; b) reformulação do sistema de ajuste das contribuições sociais e demais taxas, estabelecendo revisão de seus valores, somente quando a variação acumulada, apurada pelo IGP-DI, ultrapassasse 10%. 11 - Aprovar a Proposta Orçamentária apresentada pela Diretoria, para o exercício de 1995.

**Item 3 - Várias.**

**Presidente** - Propôs que este item fosse apreciado ao final da reunião extraordinária que seria realizada em seguida, aprovado.

Obs: Esta ata foi aprovada, na 401ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 de dezembro de 1994, com as retificações já dela constantes.

**EDUARDO LOBO FONSECA**  
**Primeiro Secretário**  
**CONSELHO DELIBERATIVO**

**ROBERTO LUIZ PINTO E SILVA**  
**Presidente**  
**CONSELHO DELIBERATIVO**

mlf.